

Como citar este artigo:

TRAVAGLIA, Luiz Carlos . A relação entre os recursos lingüísticos de coesão e a variação de coerência.

Scripta, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 54-75, 1999.

A RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS LINGÜÍSTICOS DE COESÃO E A VARIAÇÃO DE COERÊNCIA*

Luiz Carlos Travaglia**

RESUMO

Neste artigo propõe-se que se pode falar em variação de coerência, entendida esta variação como o fato de que os textos podem ser vistos como mais coerentes, conforme se tenha um acesso mais ou menos fácil e/ou direto a um sentido que eles podem fazer. A partir dessa assunção, discute-se, levantando uma série de casos e evidências, agrupados em tipos de fatos, como os mecanismos de coesão e os recursos que os realizam podem afetar o “grau” de coerência, ao afetar o como usuários de textos percebem a legibilidade dos mesmos, o que pode ser visto como variação de coerência.

1 Preliminares

Para o estudo e discussão da relação entre os recursos lingüísticos de coesão e a variação de coerência é preciso considerar e ter em mente alguns pontos que apresentamos a seguir.

Na verdade o que chamamos de textos são seqüências de elementos lingüísticos. Todavia cabe perguntar o que faz de uma seqüência lingüística um texto e não um amontoado aleatório de palavras e/ou frases. Sempre se diz que é a *textualidade* e esta, normalmente, é definida como sendo *aquilo* que faz de uma seqüência lingüística um texto. Mas “aquilo” é uma forma referencialmente vazia que nos deixa a pergunta: o que é este “aquilo”? A resposta que propomos é que seja o funcionamento discursivo da seqüência lingüística, ou seja, o seu funcionamento para a comunicação. Se é para comunicar, a seqüência lingüística tem que fazer sentido, tem que produzir um efeito de sentido entre os interlocutores, seus usuários, ou não se torna texto.

* Trabalho apresentado na mesa-redonda “Coerência: processos cognitivos e interativos” no XIII Encontro Nacional da ANPOLL, realizado em junho de 1998 em Campinas, São Paulo.

** Universidade Federal de Uberlândia.

Uma vez que é o fazer sentido no funcionamento discursivo para estabelecer comunicação que transforma uma simples seqüência de elementos lingüísticos em texto e uma vez que se define a coerência como a possibilidade que a seqüência lingüística tem de fazer sentido, propõe-se ser a *coerência* o critério básico de textualidade. (Cf. Koch e Travaglia, 1989 e 1990)

A possibilidade de fazer sentido (coerência) é afetada por diversos fatores que são considerados os *fatores de coerência*, que, segundo Koch e Travaglia (1989 e 1990), seriam os seguintes: 1) *o conhecimento lingüístico* (incluindo os mecanismos e recursos de coesão); 2) *o conhecimento de mundo* (que permite estabelecer o mundo textual, a macroestrutura e a respectiva macroproposição e se relaciona diretamente com a focalização e as inferências); 3) *a focalização*; 4) *as inferências*; 5) *o conhecimento partilhado*, que se refere à necessidade de que locutor e alocutário compartilhem em certa medida os conhecimentos lingüístico e de mundo; 6) *a intencionalidade e a aceitabilidade*; 7) *os fatores pragmáticos*, incluindo os contextualizadores; 8) *a intertextualidade* de conteúdo e de forma, sendo que nesta última estaria presente a questão das superestruturas; 9) *a situacionalidade*; 10) *a informatividade*; 11) *a relevância*; 12) *a consistência*.

A coerência envolve fatores de ordem cognitiva necessários para o processamento dos elementos do texto: os conceitos, os modelos cognitivos globais, o modelo mental de mundo que se constitui conforme o que se estabelece sócio-histórica-ideológica-culturalmente como mundos textuais possíveis. Isto sempre a partir dos elementos lingüísticos que funcionam como ativadores destes elementos no texto.

A coesão (entendida como os nexos, os laços entre elementos da superfície textual) constitui parte do conhecimento lingüístico e recebe um destaque dentro da lingüística textual, porque é uma parte da gramática da língua que só pôde começar a ser descrita a partir do momento em que se passou a considerar o texto como unidade objeto de estudo (que define a Língua Textual enquanto campo de estudos lingüísticos), ou seja, estamos admitindo que há fatos ou fenômenos na língua que só são detectáveis no plano textual. Os fatos de coesão devidos a elementos estruturais no nível sintático já tinham sido sobejamente estudados. Ao falar de mecanismos e recursos de coesão estaremos referindo o modelo de Koch (1989), que apresenta dois tipos básicos de coesão: a referencial e a seqüencial. Este modelo a nosso ver é mais simples que outros e tem grande poder descritivo.

Outro ponto que é preciso admitir para prosseguir nas considerações que queremos fazer é que os recursos lingüísticos em geral (incluindo os recursos de coesão) são marcas e pistas que funcionam como instruções de sentido, a partir das quais se "calcula" o sentido, isto é, se estabelece a coerência.

Pode-se, então, perguntar como os recursos lingüísticos afetam a coerência ou, mais especificamente, tendo em vista o nosso foco de interesse neste momento, como os mecanismos de coesão e os recursos que os efetivam afetam a coerência, ou seja, o sentido que o texto pode ou não fazer para seus usuários.

Tudo isto implica admitir que temos *variações de coerência*, ou seja, textos que parecem para seus produtores e receptores, em sua intuição de usuários, como mais ou menos coerentes, como tendo graus diferentes de coerência (como sendo mais ou menos facilmente interpretáveis, como fazendo mais ou menos sentido para os usuários numa dada situação de interação comunicativa). No mínimo esta variação pode ser aceita no sentido de que alguns textos são percebidos como mais bem formados do ponto de vista de sua constituição, de modo que o acesso a um sentido que ele pode fazer (seja ou não o pretendido pelo produtor) é mais fácil ou direto. Também Halliday e Hasan (1989, p. 72), quando estão tratando da questão da harmonia coesiva, afirmam que a coerência é um fenômeno gradual.

Portanto a questão que se coloca em pauta é a questão de que o uso de recursos de coesão pode afetar o *como* os usuários de textos percebem sua legibilidade e *como* tais recursos afetam essa percepção. Para evidenciar isto vamos examinar alguns casos que mostram que a variabilidade na coerência, entendida tal como definida anteriormente, pode depender de recursos de coesão e do uso que se faz dos mesmos no texto.

2 Análise de evidências

2.1 A coerência depende de uma série de **continuidades** no nível semântico, pragmático, etc. Muitas continuidades ligadas à coerência têm a ver com recursos de coesão (quase sempre de coesão referencial por reiteração ou de coesão sequencial por recorrência). Problemas nestas continuidades podem levar o receptor do texto a vê-lo como menos coerente. Casos destas continuidades são as transições homogêneas propostas por Weinrich (1981). Em Travaglia (1991), registramos várias continuidades de formas e categorias verbais (tempo, modalidades, aspecto), que são características e caracterizadoras de certos tipos de textos, fazendo parte de suas superestruturas e que, quando não realizadas, levam a problemas de compreensão com conseqüente variação no grau de coerência. Veja-se o exemplo (1):

- (1) Felicidade é um viver como aprendiz. É retirar de cada fase da vida uma experiência significativa para o alcance de nossos ideais.
É basear-se na simplicidade do caráter ao executar problemas complexos; *ser* catarse de doação sincera e espontânea. (Trecho de redação de vestibular/1985 – Universidade Federal de Uberlândia. Apud Koch e Travaglia, 1990, p. 36)

No exemplo (1), abstraídos alguns problemas relativos ao uso do léxico (o uso do verbo “executar” com o objeto “problemas”, quando seria mais plausível dizer “resolver problemas”, e o uso de “doação sincera e espontânea” como objeto de “catarse”), observa-se que há um problema de continuidade, a saber: o texto é um

texto dissertativo e o produtor do mesmo está, no trecho em questão, definindo “felicidade”. Para isto há uma continuidade de uso do presente do indicativo com valor onitemporal e aspectos imperfectivo e indeterminado.¹ Esta continuidade caracteriza um mecanismo de coesão seqüencial por recorrência de tempo e aspecto (cf. Koch, 1989), que, segundo Travaglia (1991), é caracterizadora do texto dissertativo. Todavia, no final, o produtor do texto passa para o infinitivo (“ser catarse”), quebrando a continuidade. Isto cria um problema para o receptor no processamento do texto, pois ficam duas possibilidades a considerar: a) ou o produtor do texto queria dizer que a felicidade “é catarse permanente de doação sincera e espontânea”, como uma última característica definidora de felicidade, ou b) o produtor do texto está passando para um outro momento do texto em que vai dizer que “a felicidade ser catarse permanente de doação sincera e espontânea” leva a algo que ele não diz. Nos dois casos o texto, tal como está constituído, cria um problema de cálculo do sentido, porque ou se tem uma continuidade e ele usou inadequadamente a forma “ser” e o receptor deve considerar a forma “é” do verbo, ou ele quis realmente usar “ser” mas não apresentou uma informação subsequente, que completaria o pensamento e o texto então se apresenta incompleto. De qualquer maneira o receptor vê o texto como tendo um problema para o cálculo do seu sentido e, portanto, como menos coerente do que um texto que tivesse a forma “é” no lugar de ser, ou tivesse uma continuação que completasse o pensamento como, por exemplo, em “ser catarse permanente de doação sincera e espontânea é o fator principal da felicidade dos seres humanos”.

Nos exemplos (2) e (3) abaixo, temos variação de coerência relativa à continuidade referencial, criada por usos inadequados de pró-formas no mecanismo de coesão referencial por substituição:

- (2) a – Antônio foi à recepção, mas ele não fora convidado.
 b – Antônio foi à recepção, mas ela não fora convidada.
- (3) a – A felicidade, onde não existem técnicas científicas para sua obtenção, faz-se de pequenos fragmentos captados de sensíveis expressões vivenciais. (Trecho de redação de vestibular/1985 – Universidade Federal de Uberlândia. Apud Koch e Travaglia, 1990, p. 36)
 b – A felicidade, para cuja obtenção não existem técnicas científicas, faz-se de pequenos fragmentos captados de sensíveis expressões vivenciais.

No exemplo (2), (2b) é visto como menos coerente que (2a), porque em (2b) não há nenhum referente textual a ser retomado pela pró-forma pronominal “ela” a não ser “recepção”, mas ninguém supõe um mundo textual possível em que a não convidada (e portanto o referente textual de “ela”) fosse “a recepção”, e, por

¹ Estes aspectos entendidos tal como definidos por Travaglia (1981).

isso, a continuidade referencial se quebra. É um mundo textual visto como não possível dentro do senso comum. No trecho transcrito em (3), temos o mesmo problema de continuidade referencial porque a pró-forma “onde” (3a) não tem, no texto tal como constituído, um referente textual possível, o que o torna menos coerente do que (3b). A coerência destes dois exemplos é afetada não só pelo problema de descontinuidade referencial, mas também por problemas ligados à resolução da anáfora de que falaremos no item 2.2.

Neste caso da continuidade entrariam os fatos ligados à chamada “consecutio temporum” (seqüência dos tempos), pois, quando se viola uma regularidade da língua, surgem problemas de compreensão que afetam a compreensibilidade do texto, criando variação do grau de coerência. Veja-se o exemplo (4), em que as seqüências de (4a,b) são mais facilmente processáveis que a de (4c) e percebidas como mais coerentes do que (4c), que exige uma situação mais específica para ser usada. Já (4d), se usada, gera grandes problemas de cálculo do sentido, e será sempre vista como menos coerente, mesmo se tivermos algo como (5a), que, comparada a (5b), será vista como menos coerente:

- (4) a – Ordenei que deixassem a casa em ordem.
 b – Ordeno que deixem a casa em ordem.
 c – Ordenei que deixem a casa em ordem.
 d – * Ordeno que deixassem a casa em ordem.
- (5) a – Então ao sair eu ordeno que deixassem a casa em ordem e, quando volto, vocês não fizeram nada?!
 b – Então ao sair eu ordeno que deixem a casa em ordem e, quando volto, vocês não fizeram nada?!

Também em (6) temos problemas de continuidade temporal, gerando variação de coerência entre (6a) e (6b).

- (6) a – (...) como se verifica até há pouco tempo na Bósnia. (Professor de História em programa de dicas para o vestibular na TV Triângulo, Uberlândia – MG, janeiro de 1996).
 b – (...) como se verificava até há pouco tempo na Bósnia.

2.2 A identificação do antecedente ou referente textual de um anafórico ou de uma forma remissiva (coesão referencial por substituição ou por reiteração) depende de muitos fatores. Quanto mais complexos ou quanto mais numerosos forem os princípios e/ou as regras que o receptor tiver de aplicar para a compreensão de um texto, mais difícil será o “cálculo” do seu sentido e proporcionalmente o texto é visto como tendo uma coerência mais difícil de ser estabelecida. Portanto qualquer problema para a identificação do antecedente/referente textual do anafórico leva a va-

riações no grau de coerência. Vejamos alguns fatores básicos no processamento para identificação de antecedentes e referentes textuais e que entram no que se tem chamado de “resolução de anáfora” (cf. Webber, 1980, p. 155):

1) O primeiro elemento usado na identificação de antecedentes ou referentes de anafóricos é a *concordância em gênero, número e pessoa* da pró-forma com o antecedente. Assim, em (7), sabemos que “ela” tem por referente “Maria”, porque “Maria” é o único candidato possível a antecedente por ser o único que é feminino singular.

(7) João e Maria foram ao cinema. Ela não gostou do filme.

Mas, se, no que diz respeito ao gênero e número, tivermos dois ou mais candidatos a antecedente/referente textual, o texto fica mais difícil, ou mesmo impossível de ser compreendido com exatidão, e seu grau de coerência se torna menor. É o que acontece em (8a), em que “ela” pode ser tanto “Tereza” quanto “Maria” e em (9a), em que “ela”, pelo gênero e número, pode ser tanto “Maria” quanto “uma mesa” ou “uma colher”.

(8) a – Tereza encontrou Maria. Ela não estava bem.

(9) a – Maria comprou uma mesa e uma colher. Ela é de madeira.

Em (8a) e (9a) a concordância do anafórico com o antecedente não é suficiente para resolver a anáfora e é preciso lançar mão de outros fatores e regras para identificar o antecedente.

2) Um outro fator é a **proximidade ou recência do sintagma nominal (SN)**, que permite formular, a partir de observações e testes feitos, a regra de que o último SN, o SN mais próximo, seja o antecedente mais provável. Neste caso, em (8a) “ela” deveria ser interpretada como “Maria” e em (9a) “ela” deveria ser interpretada como “uma colher”. Em todo caso permanece uma certa dubiedade e cremos que, sem dúvida, os exemplos (8a) e (9a) são vistos como tendo uma coerência menor que (8b) e (9b), abaixo, que contêm um anafórico mais preciso em suas instruções de sentido o que faz com que (8b) e (9b) sejam vistos como mais facilmente compreensíveis, mais legíveis e por isso com um grau maior de coerência: o demonstrativo “esta” em (8b) dá a certeza de que quem não estava bem é “Maria” e em (9b) que é a colher é que é de madeira.

(8) b – Tereza encontrou Maria. Esta não estava bem.

(9) b – Maria comprou uma mesa e uma colher. Esta é de madeira.

3) Como acabamos de ver em (8b) e (9b), outro fator que atua na resolução da anáfora, influenciando nos processos cognitivos envolvidos no cálculo do sentido e

portanto no grau de coerência, é a **natureza da instrução de sentido/conexão contida no anafórico**. O mesmo pode ser observado no exemplo (10) a seguir:

- (10) a) ? João, Pedro e Antônio vieram me visitar. Um me deu um livro outro uma camisa.
- b) ? João, Pedro e Antônio vieram me visitar. Este me deu um livro, aquele uma camisa.
- c) João, Pedro e Antônio vieram me visitar. O primeiro me deu um livro o último uma camisa.

Observa-se que no texto de (10a) o receptor não pode correlacionar “um” e “outro” especificamente com os possíveis antecedentes (João, Pedro e Antônio); não se sabe quem deu o livro, quem deu a camisa e quem não deu nada. Este texto só poderia ser usado em uma situação em que essa informação não fosse absolutamente relevante. Em (10b), “este” refere-se precisamente a Antônio, que então teria dado um livro ao falante. Quanto a “aquele” o receptor do texto tenderia a correlacioná-lo com “João”, que então teria dado a camisa, enquanto Pedro não teria dado nada. Todavia a referência de “aquele” pode também ser atribuída a “Pedro”, de forma que o texto tem problemas para o cálculo do sentido e o estabelecimento da coerência. Tanto é que este texto é visto como mal formado e muitos falantes questionam se se poderia dizer isto desta forma. Percebe-se então que (10c) é o mais preciso e o que não dá margem a problemas no cálculo do antecedente e portanto do sentido do texto. Pelo exposto, pode-se dizer que temos um grau crescente de coerência entre (10a), (10b) e (10c).

Ainda quanto à natureza da instrução contida no anafórico, é bom lembrar o fato de que muitos anafóricos selecionam tipos específicos de antecedentes, outros não. Assim: “ele” pode referir-se a pessoas e coisas; “ali”, e “onde”, a lugares ou a algo que esteja sendo tomado como um local; “seu” a algo ou a alguém que esteja sendo visto como possuidor e assim por diante. Vejam-se os exemplos de (11):

- (11) a – Fomos à casa de Maria. Ali assistimos a um filme. (Ali = a casa de Maria).
- b – Fomos à casa de Maria. Seus pais nos receberam muito bem. (Seus = de Maria).
- c – Fomos à casa de Maria. Ela não estava. (Ela = Maria).

4) Outro fator que afeta o cálculo do referente de um anafórico é a **compatibilidade ou aplicabilidade dos predicados ou das predicções sobre o referente/antecedente e o anafórico**, de acordo com o conhecimento de mundo e os mundos possíveis. Assim, por exemplo, em (9a) “Maria” é descartada como antecedente ou referente textual de “ela”, porque a predicção “é de madeira” não se aplica a uma pessoa, pelo menos no senso comum. “Ela” pode, então, estar retomando “uma mesa” ou “uma colher”, pois a predicção de “ela” pode se aplicar às duas. Aqui fica um

problema a resolver. O falante pode aplicar a regra do SN mais próximo e dizer que “ela = uma colher”. Mas também, dependendo de seu conhecimento de mundo e lingüístico e levando em conta a regra da predicação, alguns recebedores de (9a) podem dizer que “ela” está retomando “uma mesa”. Encontramos várias pessoas que afirmaram isto, dizendo que de “colher” não se diz que é de madeira, mas de pau, lembrando que normalmente se diz “colher de pau” e não “colher de madeira”. Também em (11c) é a predicação que seleciona “Maria” como antecedente de “ela”. Embora “casa” também pudesse ser selecionada pela natureza das instruções contidas em “ela” e pelo gênero e número, isto não acontece, pois é pouco provável, pelo menos num mundo textual do senso comum, que alguém dissesse que “a casa não estava”. Vejam-se também (2b) e os comentários sobre este exemplo. Em (12) a próforma “ali” retoma “uma horta”, embora “na sua casa” também seja um locativo que pode ser seu antecedente/referente textual, tendo em vista a natureza da predicação que se atribui a “ali”:

- (12) Na sua casa havia uma horta. Ali se encontravam verduras diversas: alface, rúcula, almeirão, couve, etc.

O que fazer quando há dubiedade de referência como em (13a) abaixo o predicado “é bonita” aplicado a “ela” pode ser aplicado tanto a “a casa de Maria”, quanto a “Maria”, tendo em vista a natureza da instrução de sentido/conexão contida no anafórico “ela”, e o gênero e o número. Se valer a regra da proximidade, “ela” estaria retomando “Maria”, mas muitos recebedores do texto dizem que “ela = a casa de Maria”. Talvez porque “casa” seja o núcleo do SN mais próximo. É interessante observar que, no caso de (13b), em que temos a substituição por \emptyset , constituindo a elipse, a maioria dos recebedores do texto tendem a dizer que “ \emptyset = a casa de Maria”. A única forma de evitar este problema no cálculo do sentido é construir textos que utilizem recursos que evitem as duas possibilidades e apareçam como mais coerentes, como em (13c, d), com coesão referencial por reiteração do mesmo item lexical:

- (13) a – Fomos à casa de Maria. Ela é bonita.
 b – Fomos à casa de Maria. É bonita.
 c – Fomos à casa de Maria. A casa é bonita.
 d – Fomos à casa de Maria. Maria é bonita.

Um outro exemplo que evidencia bem a seleção do antecedente conforme a predicação é o de (14) abaixo, extraído de Meyer-Hermann (1976, p. 271). Conforme a predicação que é dada para o “ele” (em *itálico*), este “ele” tem um antecedente/referente textual diferente: em (a), ele será interpretado como a pessoa que entrou no avião; em (b), ele é interpretado como Gassik:

- (14) (...) ao entrar para o avião ele_1 vê um carro ao fundo da pista a fazer sinais luminosos ainda tem uma... uns laivos de esperança de salvação julga que são amigos mas quando se dirige para o carro vê que quem está ao volante é Gassik₂ que nessa altura já estava informado de quem
- a) ele_1 era verdadeiramente.
 - b) ele_2 tinha sido a vítima.

5) Webber (1980, p. 153-157) aponta outros fatores que interferem na resolução da anáfora, ou seja, na determinação do antecedente/referente textual do anafórico, e que segundo a autora são: a) o elemento que é o **tema do texto**, pois este é mais facilmente pronominalizável, por estar mais focalizado; b) a **consciência**, ou seja, o fato de o elemento estar ativado na consciência do usuário pode decidir qual é o antecedente do anafórico, conforme proposto por Chafe (apud Webber, 1980, p. 153-154); c) a ocorrência ou não de **mudança de cena**, pois neste caso os elementos que estão ativados poderão ser outros. Este fator é diretamente relacionado ao anterior da consciência; d) a estratégia cognitiva segundo a qual o **papel dos participantes em um discurso muda o menos possível**, conforme proposto por Maratsos (1973), apud Webber (1980, p. 156); e) algumas **restrições sintáticas** que podem decidir ou ajudar a decidir qual é o antecedente; f) uma **causalidade implícita**, que pode ajudar a decidir qual é o antecedente/referente textual do anafórico, pois, como reconhece Webber (1980, p. 156-157), a causalidade implícita caracteriza mais uma tendência do que uma regra taxativa; g) os **mundos possíveis** podem ajudar a resolver a anáfora como já exemplificamos em (2b), (9a) e (11c), por exemplo; h) finalmente, fatores como: **estrutura de tarefas** em diálogos orientados para tarefas, **acento enfático e empatia**.

Para exemplificar alguns destes fatores, vejamos o exemplo (15), extraído de Webber (1980, p. 156), que traduzimos e adaptamos para o Português:

- (15) a – Fred deixou sua sobrinha em casa e foi para o zoológico com Maria e João.
 b – Ele (1) não estava aberto, então eles (2) se sentaram na grama de fora.
 c – De repente ele (3) viu uma cobra perto de João.
 d – A moça viu-a (4) também, assim como João.
 e – Fred admirou João porque ele (5) reagiu tão prontamente.
 f – João lamentou não ter um pau, porque ele (6) poderia tê-lo (7) usado para matar a cobra.

Em (15b) o anafórico “ele(1)” refere-se a “zoológico”, o que é percebido pelo gênero e número e também pela predicação e pelos mundos possíveis: estar aberto não se aplica a “Fred”, o outro candidato a antecedente possível. “eles (2)” refere-se a Fred, Maria e João, por ser masculino plural e ter que referir algo interpretável como um conjunto de elementos. Em (15c), “ele (3)” é interpretado como referindo-se a Fred por uma série de fatores. Pelo gênero, número e a natureza da instru-

ção, poder-se-ia ter Fred ou João. Todavia João é descartado primeiro por uma restrição sintática que não permite uma interpretação como “De repente João viu uma cobra perto de João”, e também porque na seqüência se diz que Maria viu a cobra e João também. Essa restrição sintática parece estar relacionada com o fator proposto por Mira Matheus et al. (1983), segundo as quais os elementos têm que ser da mesma categoria principal, isto é, têm que poder ocupar a mesma posição na cadeia linguística e ter a mesma função. Isto parece se ligar de alguma forma à estratégia cognitiva de que os participantes mudam de papel o menos possível e que atua aqui suplementarmente como outro fator de decisão para a resolução da anáfora. Se “ele (3)” fosse João, não se justificaria o dizer “assim como João” em (15d), e teríamos um problema de coerência. Neste caso tem-se também a atuação da regra do tema e da consciência: Fred é o tema do texto até este momento do texto e, portanto, é mais facilmente pronominalizável do que João. “A moça”, em (15d), pode estar retomando “sua sobrinha” e “Maria”, no que diz respeito ao gênero e número da expressão nominal definida (que faz a coesão referencial por reiteração). Todavia todos interpretam a moça como Maria, pela recência, mas também porque “sua sobrinha” ficou em uma outra cena que não aquela em que ocorre o processo de ver a cobra: houve uma mudança de cena que privilegia “Maria” como referente de “a moça”, porque é Maria que está participando da cena em curso e não a sobrinha de Fred, o que faz também com que ela esteja na consciência ativa. “A(4)” tem como antecedente “cobra”. Não pode ser “Maria”, porque neste caso a construção seria “Maria viu-se também”, que, na seqüência do texto, não teria razão de ser. Então “a(4)” tem de ser “a cobra”, o antecedente feminino singular mais recente e presente na cena. “Ele (5)”, pelo gênero e número, pode ser Fred ou João, mas todos interpretam “ele(5)” como João. Webber (1980) argumenta que esta interpretação não é resultado de fatores sintáticos ou da recência do SN “João”, porque num trecho como (16a) “ele” é mais plausivelmente interpretado como “Fred”. Para Webber o que está atuando aqui é o que ele chama de “causalidade implícita”, que estabelece o princípio pelo qual a atribuição de um referente tende a tomar o candidato que é “primariamente responsável pela motivação da ação ou estado denotado pela oração antecedente”.² Em (15e) João é que motivou a admiração de Fred, expressa na oração anterior. Este tipo de seqüência é dúbia quando se pode tomar como sujeito da causa, seja pelo gênero e número, seja pelas predicções, mais de um antecedente. Isto não acontece em (15e), mas acontece em (16a,b). Em (16a) a decisão a respeito do referente de “ele” depende do conhecimento (de mundo) sobre quem precisava de ajuda, embora pareça haver uma preferência por João. Em (16b), em que temos a elipse (substituição por \emptyset), os falantes tendem a interpretar “ele” preferencialmente como Fred (sujeito de “precisava de ajuda”). Isto, talvez, por causa de restrições sintáticas à elipse, uma vez que a elipse geralmente mantém o mesmo sujeito da oração princi-

² Este princípio foi proposto por Garvey, Caramazza e Yates (1974), àpud Bebber, (1980, p. 156-157).

pal. Nada disso está testado em português e é objeto para estudo.

(16) a – Fred telefonou para João porque ele precisava de ajuda.

b – Fred telefonou para João porque precisava de ajuda.

Em (17) observa-se um problema sintático que, todavia, não atrapalhou a compreensão, embora todos os falantes consultados tenham achado problemática a construção e dito que deveria ser “cuidar deles”.

(17) Hora do Jantar

Os filhotes são totalmente dependentes dos adultos. Todas as fêmeas do bando ajudam a cuidá-los, alimentá-los e até amamentá-los. (“O rei da noite”. In: *Superinteressante*, ano 9, n. 10, p. 36, outubro de 1995)

(18) Feitas as contas o macarrão puro (que é basicamente carboidrato) engorda tanto quanto um bife. Mas o molho dele pode engordar mais do que uma porção de salaminho. (“Encolhi o gordinho”. In: *Superinteressante*, ano 9, n 10, p. 63, outubro de 1995)

Em (18) observa-se que o anafórico “ele” em “o molho dele” tem como antecedente/referente textual “o macarrão” e não “o bife”, que também é um possível candidato e é o SN mais próximo. Neste caso o princípio da recenticidade não foi o fator decisivo. Pode-se dizer que valem o princípio do tema, já que se está falando do macarrão e seus efeitos no fato de alguém engordar ou não, e o conhecimento de mundo, uma vez que é fundamental o conhecimento de que normalmente macarrão é feito com molhos e bife geralmente é sem molho. Este fato coloca uma questão que é de fundamental importância, mas que ainda não foi resolvida por nenhum estudo que seja de nosso conhecimento: trata-se da questão da **inter-relação entre os diferentes fatores para a resolução da anáfora**, o modo como uns afetam os outros, e, quando mais de um pode atuar, qual deve prevalecer. Há **uma hierarquização ou ordem de aplicação destes fatores?** Esta inter-relação entre fatores é um complicador a mais no processamento de um texto e pode levar a variações de coerência.

Koch (1989, p. 41-43) mostra a necessidade de hierarquização de fatores e/ou regras na resolução de anáfora. A autora faz uma proposta a partir da análise de anáfora estabelecida pela pró-forma adverbial “ali” ou “lá”, em exemplos como o que transcrevemos abaixo em (19a) e variações do mesmo (19b, c), e chega à conclusão de que os fatores envolvidos atuam na seguinte ordem:

a) a relevância de traços específicos do anafórico e seu candidato a antecedente tais como: gênero e número, para pró-formas pronominais: “ele”, “seu”, “o”, etc., ou [+localizável e [+animado)], para pró-formas adverbiais como “ali” e “lá”;

b) compatibilidade entre as instruções referenciais das predicções sobre o anafórico com as dos candidatos a antecedentes/referentes textuais;

- c) o papel temático do candidato a antecedente/referente textual como tema ou rema;
 d) a recenticidade do SN candidato a antecedente/referente textual.

- (19) a – Aix. Um pequeno café, bem defronte à entrada da penitenciária. Tarde da noite, estava eu ali (lá) sentado (...)
 b – Aix. Um pequeno café, bem defronte à entrada do Restaurante “La Rotonde”. Tarde da noite estava eu ali (lá) sentado (...)
 c – Aix. Bem defronte à entrada do Restaurante “La Rotonde” fica um pequeno café. Tarde da noite, estava eu ali sentado (...)

O estudo da inter-relação entre os fatores/regras para resolução da anáfora para cada tipo de pró-forma ou para pró-formas específicas está, sem dúvida, por fazer, mas parece válida a hipótese de que a maior ou menor complexidade dos cálculos para o estabelecimento do sentido e, portanto, da coerência em relação a este aspecto cria variações na percepção do grau de coerência dos textos.

2.3 Prescrições e restrições relativas à anáfora – Ainda com relação a anafóricos e seus antecedentes/referentes textuais, a língua tem algumas prescrições (às vezes restrições) ou princípios que, quando violados, causam variabilidade de coerência. Vejamos alguns destes casos.

1) Webber (1980, p. 144) diz que os seguintes elementos não podem ser antecedentes/referentes textuais de anafóricos:

a) **elementos de natureza adjetiva.** Todavia, em Português, encontramos construções como (20), onde o antecedente de “o” é o adjetivo “mau”;

- (20) José não é mau.
 Ah sim! Ele o é, pois vive matando todo animalzinho que encontra na fazenda.

b) **um advérbio;**

c) **uma preposição;**

d) **um quantificador.** Segundo Webber, em (21a), que traduzimos e adaptamos para o Português, o elemento elíptico na segunda oração não pode ser de modo algum “todas (...) exceto três”. Assim se se constrói um texto dessa forma ele apresentará problemas para o estabelecimento do sentido e será percebido como menos coerente que o texto de (21b).

- (21) a – Todos os rapazes exceto três amam suas mães. Moças também.
 a’ – Todos os rapazes exceto três amam suas mães. (...) moças (...) também.
 b – Todos os rapazes exceto três amam suas mães. Também todas as moças exceto três amam suas mães.

e) Webber (1980, p. 148-149) registra que Kuno (1975) observou que “**nenhuma entidade única introduzida em um sintagma que constitui uma ‘lista exaustiva’ pode funcionar como um referente individual de um pronome**, embora todo o sintagma possa funcionar como antecedente”. Assim, quando se usa um pronome como tendo um referente representado por um elemento de uma lista, o texto é visto como não muito bom e portanto com um grau de coerência menor (veja-se 22a). Já o texto em que o pronome retoma toda a lista não apresenta problemas (veja-se 22b).

(22) a – Foram Maria, João e Pedro que tomaram bomba em Semântica. Ele tomou bomba também em Teoria Literária.

b – Foram Maria, João e Pedro que tomaram bomba em Semântica. Eles passearam o dia todo na véspera da prova.

Webber apresenta um exemplo semelhante a (22a) como inaceitável em Inglês. Os falantes do Português consultados não vêem problema para entender (22a), embora digam que há algo estranho, mas apenas porque há dois candidatos possíveis a antecedente de “ele”. Talvez tenhamos aqui, para o Português, uma atuação maior da recência e a entonação pode ser importante, pois parece haver uma tendência para tomar como antecedente de “ele” o elemento focalizado por qualquer destaque/ênfase entonacional. Se o pronome fosse “ela”, afirmam os falantes, a seqüência seria perfeitamente boa e sem problemas. Esse estranhamento não foi registrado para (22b).

f) Kuno (1970) e Karttunen (1976) (apud Webber, 1980, p. 148) apontaram que **sintagmas que são predicado nominal não podem evocar entidades individuais referenciáveis, mas podem evocar entidades genéricas referenciáveis**. Assim em exemplos como (23a,b), “ele” só poderia ser interpretado como “José”; portanto, se o falante pretendesse que “ele” fosse “um pernambucano” ou “um alfaiate”, ter-se-ia um problema de coerência que tornaria o texto problemático em seu entendimento, fazendo com que fosse visto pelos usuários como menos coerente. Já em (23c), onde o predicado não é nominal, para Webber “ele” poderia ser tanto “José” quanto “um pernambucano”. Em testes que fizemos para o Português os falantes afirmaram sempre que “ele = um pernambucano” (teria valido o princípio da recência). Em (23d), mesmo em um predicado nominal, “um pernambucano” pode ser usado para evocar uma entidade genérica referenciável por “eles” de tal modo que “eles = os pernambucanos/a classe dos pernambucanos”. O mesmo ocorre em (23e):

(23) a – José é um pernambucano. Ele mora em Uberlândia.

b – José é um alfaiate. Ele faz terno muito bem.

c – José encontrou um pernambucano. Ele mora em Uberlândia.

d – José é um pernambucano. Eles são muito alegres.

e – José encontrou um pernambucano. Eles são muito alegres.

g) Karttunen (1976), apud Webber (1980, p. 149), nota que **sintagmas nominais existenciais quando negados não introduzem referentes individuais que possam ser retomados por anafóricos**. Assim, em exemplos como (24a,c), segundo Webber, nunca se tem a interpretação de “ele = carro” (24a) e “ela = resposta” (24c). Portanto podemos dizer que, se alguém construísse tais textos querendo dizer que a segunda oração é uma espécie de razão para não comprar o carro ou para não dar a resposta, estes textos seriam vistos como estranhos e com um grau baixo de coerência. Como só podemos ter “ele = Lucas” em (24a) e “ela = Maria” em (24c), precisaríamos de um contexto especial para que estes textos fossem vistos como bem formados porque a segunda oração seria interpretada como uma razão para a não compra e para o não dar resposta. Estes sentidos seriam melhor veiculados por textos construídos de outra forma como, por exemplo: “Como é novo (não tem idade para dirigir, etc.), Lucas não comprou um carro” e “Como está errada (não tem razão no caso em questão), Maria não deu uma resposta”. Webber só dá exemplos em que o elemento negado é indefinido (“um carro”, “uma resposta”). Todavia, se o elemento negado for definido (“o carro”, “a resposta”), como em (24b,d), nota-se que parece mais natural que “ele = carro” (24b) e “ela = resposta” (24d) e o sentido em que a segunda oração seria interpretada como uma razão para a não compra e para o não dar resposta é mais natural. Neste caso (24b,d) seriam vistos como mais coerentes que (24a,c). Aqui o sentido seria de que “Lucas não comprou o carro porque o carro é novo” (ele quer um usado) e que “Maria não deu a resposta porque era a resposta errada”. Observe-se que interpretação semelhante a esta última é mais plausível quando, na primeira oração, pelo gênero e número do anafórico, só há um candidato a antecedente, como em (24e). Todavia em (24f), em que o elemento negado é indefinido, o texto soa como bastante mal formado. Dificilmente se poderia estabelecer um sentido para o mesmo e portanto seu grau de coerência seria bastante reduzido. Se, em (24b,d), considerar-se “ele = Lucas” e “ela = Maria”, o sentido será “Lucas não comprou o carro porque não tem idade para comprar um carro” e “Maria não deu a resposta e o falante considera que Maria não teve uma atitude acertada ao não dar a resposta”. Como se pode ver, há variação de coerência, conforme se acate ou não o princípio de que o SN existencial negado não pode ser tomado como antecedente de um anafórico.

- (24) a – Lucas não comprou um carro. Ele é novo.
 b – Lucas não comprou o carro. Ele é novo.
 c – Maria não deu uma resposta. Ela está errada.
 d – Maria não deu a resposta. Ela está errada.
 e – João não deu a resposta. Ela está errada.
 f – João não deu uma resposta. Ela está errada.

2) Postal (1969), apud Oakhill e Garnham (1992, p. 165 e ss.), propõe a **restrição da “ilha anafórica”**, segundo a qual um anafórico não pode tomar o seu signi-

ficado de um componente de significado de um termo. Se isto ocorre, e muitas vezes ocorre, temos um texto com problemas para o estabelecimento de seu significado e portanto com um grau de coerência mais baixo que outros textos que não fazem o mesmo. Vejamos alguns casos.

(25) a – ?* A omelete não ficou boa. Eles estavam velhos.

b – Mamãe fez uma omelete com os ovos que João trouxe, mas não ficou boa, porque eles estavam velhos.

Neste exemplo, quase sempre os falantes encontram um sentido para (25a), dizendo que “eles = ovos”, evidentemente através de uma inferência. Todavia (25a) é visto como estranho ou inaceitável pelos falantes, que vêem um texto como o de (25b) como melhor, como mais bem formado. Em (25a) o falante tem que inferir o antecedente de “eles” usando o seu conhecimento de que omeletes só são feitas de ovos (temos o que se chama de uma anáfora profunda). Quando o elemento não explícito, a ser tomado como antecedente, não pode ser deduzido como componente de significado, o texto se torna inaceitável, porque não se pode estabelecer o sentido. Assim em (26a), os falantes podem inferir que “eles = elemento de que se fez o doce”, mas não podem determinar exatamente o que é este elemento e o texto soa como incoerente. Já em (26b) a única inferência a ser feita é aquela de que o doce não se fez de um único figo, mas de uma quantidade maior deles que dá o conteúdo de “eles” (= figos). Finalmente, em (26c), o estabelecimento do antecedente é direto na superfície textual de modo que se pode perceber uma gradação ascendente de coerência entre (26a), (26b) e (26c).

(26) a – Mamãe fez um doce, mas não ficou bom porque eles estavam duros.

b – Mamãe fez um doce de figo, mas não ficou bom porque eles estavam duros.

c – Mamãe fez um doce com os figos que eu trouxe, mas não ficou bom porque eles estavam duros.

Como se pode observar em (25a), embora o texto seja visto como não muito bem formado, quando se viola a restrição de ilha anafórica, ele pode ser compreendido pelos recebedores, desde que estes tenham conhecimento suficiente para fazer a inferência resolvendo uma anáfora profunda, mas a explicitação do referente torna o texto mais fácil de ser compreendido (25b) e, por isso, visto como mais coerente. O mesmo pode ser observado entre *a* e *b*, no exemplo (27) (traduzido e adaptado de Oakhill e Garnham, 1982, p. 166), e em (28) (traduzido e adaptado de Webber, 1980, p. 149), que têm o mesmo mecanismo em funcionamento: “loira” contém em seu significado os traços “mulher” e “com cabelo loiro”; nos dois casos (27a e 28a), tem-se que tomar um traço como antecedente: “o = cabelo” e “ela = sua mulher”.

- (27) a – A moça com cabelo loiro, teve-o preso no ventilador.
 b – ?* A loira teve-o preso no ventilador.
- (28) a – ? Pedro não se casou com uma loira. Ela tem o cabelo ruivo.
 b – Pedro não casou com uma mulher loira. Ela tem cabelo ruivo.

Embora a restrição da ilha anafórica funcione, parece que alguns fatores podem diminuir seu efeito e tornar o texto mais aceitável, visto como mais facilmente interpretável e portanto facilitando aos usuários a construção da coerência. Este é o caso quando o antecedente a ser deduzido é morfologicamente relacionado com o elemento do texto do qual ele é inferido ou a partir do qual ele é evocado. Este é o caso nos exemplos arrolados em (29) a (32), em sua maioria traduzidos e adaptados de Oakhill e Garnham (1982, p. 165-168) e Webber (1980, p. 152-153). Em todos os casos, embora os textos com violação da ilha anafórica sejam compreensíveis (versões *a*), são julgados piores (mais dificilmente interpretáveis e por isto vistos pelos usuários como menos coerentes) que os textos em que temos o sintagma que explicita o antecedente (versões *b*):

- (29) Quando dois **australianos** entraram na sala, José afirmou que ela (= a Austrália) é um país falido.
- (30) a – Os **fumantes** realmente não gostam de **fazer isto** (= de fumar).
 b – As pessoas que **fumam** realmente não gostam de **fazer isto** (= de fumar).
- (31) a – João é um **flautista**. Tem uma (\emptyset = flauta) dourada.
 b – João é um **tocador de flauta**. Tem uma (\emptyset = flauta) dourada.
- (32) Eu falo bem o **francês** porque eu vivi **lá** (= na França) por oito anos.

Webber (1980, p. 152 e 153) diz que, apesar de ser possível derivar referentes de anafóricos de antecedentes textuais morfologicamente relacionados, parece haver restrições quando se trata de derivar um elemento individual específico (exemplo 33a) ou morfologicamente mais complexo (33c). Quanto à restrição de derivar referentes individuais específicos parece haver variação, conforme o anafórico utilizado. Veja-se o exemplo (33b), que parece melhor que (33a):

- (33) a – ?* João era um **guitarrista** até que a (= guitarra) perdeu.
 b – ? João era um **guitarrista** até que perdeu a sua (\emptyset = guitarra).
 c – ?* Depois que perdeu sua **guitarra**, João deixou de ser um (\emptyset = guitarrista).

O que se observa é que textos contendo ilhas anafóricas, embora possam ser interpretados, requerem processamento cognitivo adicional em comparação com

textos similares que não têm uma ilha anafórica, provavelmente porque seus antecedentes não estão incorporados no modelo mental do mundo textual até que o anafórico seja lido (Oakhill e Garnham, 1992, p. 168). Evidentemente isto cria variações no grau de coerência, tal como acontece quando temos anáforas profundas ou qualquer espécie de antecedente/referente textual que não é dado explicitamente.

3) Oakhill e Garnham (1992, p. 165) dizem que as restrições à elipse recomendam que ela seja bem próxima de seu antecedente e que por isso dificilmente se encontram exemplos de elipses distantes de seu antecedente. Quando isto ocorre, elas são facilmente alvo de má compreensão, porque antecedentes mais próximos lingüisticamente aceitáveis tendem a ser vistos como o antecedente que deve ser levado em conta. Assim, no exemplo (34a), que traduzimos e adaptamos no possível para o Português, a penúltima frase “Assim também a polícia” significa que “a polícia também é parte do aparato racial”, mas esta elipse parece bastante difícil de ser interpretada porque pode também significar que a polícia é vista pelos europeus como parte dos novos patriotas. A última frase é que nos leva à primeira interpretação. Veja-se também (34b), em que \emptyset = o anafórico:

(34) a – A política é parte do aparato racial. A Frente Nacional tem seus “justiceros” e “confrarias”, seus lutadores e criminosos vistos pelos europeus como os novos patriotas resistindo à onda de muçulmanos. Na Radio Gazelle, posteres proclamam “Junte-se ao PLO” e “Solidariedade com a Nicarágua”.

Assim também a polícia. Poucos árabes se tornam policiais.

b – A anáfora profunda: a) é pragmaticamente controlada; b) é aquela em que o anafórico retira seu significado não diretamente de um elemento da superfície do texto (como nos casos de elipse e paralelismo sintático), mas \emptyset é interpretado a partir de um modelo mental de mundo textual de onde o falante tira o referente textual do anafórico e lhe dá significado, ou seja, é uma anáfora “que pode ser interpretada em relação a uma representação mental de uma situação à qual ela refere e não necessita necessariamente de antecedentes lingüísticos”.

2.4 Os chamados casos de **anáfora profunda**, a que já nos referimos algumas vezes, também podem criar variações no grau de coerência, devido a maiores exigências e dificuldades para o cálculo de sentido, sobretudo se o receptor não for capaz de aplicar as regras necessárias para encontrar o sentido do anafórico pela realização de inferências ou outros mecanismos. A anáfora profunda: a) é pragmaticamente controlada; b) é aquela em que o anafórico retira seu significado não diretamente de um elemento da superfície do texto (como nos casos de elipse e paralelismo sintático), mas é interpretado a partir de um modelo mental de mundo textual de onde o falante tira o referente textual do anafórico e lhe dá significado, ou seja, é uma anáfora “que pode ser interpretada em relação a uma representação mental de uma situação

à qual ela se refere e não precisa necessariamente de antecedentes lingüísticos”. Sendo assim podemos incluir aqui alguns fatos, que referimos abaixo a seguir:

a) Para Webber (1980, p. 149-150), sempre pode haver problemas com antecedentes que não são dados explicitamente. Isto seria comum com sintagmas verbais no chamado “fenômeno do antecedente faltante” como no exemplo (35), em que, a partir de “o fez = assou um bolo para o aniversário de Maria”, se interpreta o anafórico “o” como equivalente a “bolo”, uma vez que, como vimos anteriormente, o SN existencial negado na primeira oração não pode ser tomado como antecedente:

(35) Porque Lucas não assou um bolo para o aniversário de Maria, João o fez. Todavia ela não pôde comê-lo porque ele era de chocolate.

b) Os diversos casos em que os antecedentes/referentes do anafórico têm que ser inferidos, pois não são dados lingüisticamente, também podem ser incluídos aqui. Neste caso, como diz Webber (1980, p. 150), as inferências incluem todos os processos de raciocínio que aumentam o conjunto de antecedentes/referentes disponíveis. Este é o caso do uso do conhecimento de mundo para prover um referente para um sintagma nominal definido, que, fora de contexto, poderia não ter um único referente e portanto não fazer sentido. Vejam-se os exemplos (25a), em que o falante tem que inferir “ovos” como a coisa de que se faz omeletes, para depois ter um referente para “eles”, (36a), em que, pelo conhecimento de que todo táxi tem um motorista, só se pode pensar que o motorista da segunda frase é o motorista do táxi que Antônio pegou e (36b) (traduzido e adaptado de Webber), em que a referência ao manual provê por inferência um referente específico para “a página (= a página do manual)”, já que todo manual tem páginas e a referência ao “FIAT de Gerson” provê um único referente para “a pressão dos pneus (= a pressão dos pneus do Fiat de Gerson)”.

(36) a – Antônio pegou um táxi. O motorista corria muito.

b – Gerson encontrou um manual para seu Fiat, mas estava faltando a página sobre a pressão dos pneus.

c) Sintagmas nominais existenciais quantificados podem prover por inferência um referente plural para um anafórico plural, quando não há nenhum antecedente com esta marca para funcionar como referente. É o que ocorre em (37) com o referente de “as (= camisetas)”, inferido de “cada garota receber uma camiseta” (Exemplo traduzido e adaptado de Webber, 1980, p. 151).

(37) Maria deu uma camiseta para cada sobrinha. Ela as comprou em Parati.

d) Em alguns casos o referente é um predicado complexo inferido de predicados simples como aponta Webber (1980, p. 152). Neste caso tem-se um predicado

complexo quando apenas predicados simples foram dados explicitamente como ocorre no exemplo (38) adaptado de Webber em que \emptyset = “caminhar e ler”

- (38) Eu posso caminhar e eu posso ler. José pode \emptyset também, mas não ao mesmo tempo.

e) Outro caso é quando se tem um referente genérico inferido da citação de um membro da classe. É o que se tem nos exemplos (23d,e), mencionados quando mostramos que um sintagma que é predicado nominal não pode evocar entidades individuais referenciáveis, mas pode evocar entidades genéricas: ali, da citação de um pernambucano, se infere um referente genérico que diz respeito a todos os pernambucanos. No exemplo (26b), o que se infere é um conjunto de algo citado anteriormente no singular: da referência a “doce de figo” se infere que este doce é feito de vários figos e se tem o referente de “eles = figos”. O mesmo se verifica no exemplo (39a), retirado e adaptado de Webber (1980, p. 152), em que da referência ao “doberman que me mordeu” se infere o referente de “eles = os cães da raça doberman”. O exemplo (39b), uma variante de (34b), é visto como menos coerente do que este, porque além de o elemento elíptico estar distante do antecedente, o falante tem que inferir o referente genérico (\emptyset = os anafóricos):

- (39) a – Um doberman me mordeu ontem. Eles são animais realmente ferozes.

b – A anáfora profunda: a) é pragmaticamente controlada; b) é aquela em que o anafórico retira seu significado não diretamente de um elemento da superfície do texto (como nos casos de elipse e paralelismo sintático), mas \emptyset são interpretados a partir de um modelo mental de mundo textual de onde o falante tira o referente textual do anafórico e lhe dá significado, ou seja, é uma anáfora “que pode ser interpretada em relação a uma representação mental de uma situação à qual ela refere e não necessita necessariamente de antecedentes lingüísticos”.

f) Entram nesta questão das inferências também os casos a que nos referimos quando falamos da restrição de ilha anafórica.

Como bem lembra Webber (1980, p. 151), os muitos tipos de inferências que podem ser feitos mostram o rol de capacidades esperadas de qualquer receptor de textos da língua, frente ao uso que o produtor faz de anafóricos. Isto com certeza causa variações no grau de coerência dos textos, quando não são bem utilizados pelos produtores e não são bem processados pelos recebedores.

2.5 Finalmente podemos citar como evidência da correlação entre os mecanismos e recursos de coesão e a variação do grau de coerência de um texto a questão da harmonia coesiva proposta por Hasan (1984) e Halliday e Hasan (1989). Como já dissemos no item 1 deste artigo, Halliday e Hasan (1989, cap. 5) afirmam que a coerência é um fenômeno gradual e procuram um correlato lingüístico para os diferentes

graus de coerência, ou seja, um fato lingüístico que seja responsável pela gradação de coerência construída pelos produtores e recebedores de textos. Após testar várias hipóteses, estes autores chegam à conclusão firmada em muitas evidências de que a “**variação em coerência é função da variação na harmonia coesiva do texto**”.

O que eles entendem por harmonia coesiva? Os autores propõem o conceito de **cadeia coesiva** como sendo um conjunto de itens de um texto ligados por laços coesivos porque estão relacionados uns aos outros por relações semânticas que para eles seriam de três tipos: co-referência, co-classificação e/ou co-extensão. As cadeias podem ser de dois tipos: a) **cadeias de identidade**, quando a relação entre seus membros é de co-referência; assim todos eles se referem à mesma coisa, ser, evento ou outro tipo de elemento; b) **cadeias de similaridade**, quando a relação entre seus membros é de co-classificação ou co-extensão; assim os membros da cadeia referem-se não à mesma coisa, mas a elementos da mesma classe de coisas, seres, eventos, etc. ou a membros de classes não idênticas de coisas, seres, eventos, etc., relacionadas entre si.

As ocorrências de itens do texto que pertencem a cadeias coesivas são chamadas de **ocorrências relevantes** e aquelas ocorrências de itens que não pertencem a cadeias são chamadas de **ocorrências periféricas**. As cadeias podem entrar em interação. Entendem-se por **interação de cadeias coesivas** as relações essencialmente gramaticais³ que colocam juntos membros de duas ou mais cadeias; todavia, para haver interação, é necessário que no mínimo dois membros de uma cadeia mantenham a mesma relação com dois membros de outra cadeia. Essas relações são do tipo: ator – ação, ação – objeto, ação e/ou ator – locação, atributo – atribuído, etc. As **ocorrências relevantes** das cadeias, devido à interação das cadeias, se subdividem em: a) **ocorrências centrais**, que são as ocorrências relevantes que interagem e b) **ocorrências não centrais**, que são as ocorrências relevantes que não interagem. A partir deste quadro de referência os autores estabelecem os correlatos lingüísticos da variação em coerência, que são:

- 1) quanto mais baixa a proporção das ocorrências periféricas em relação às relevantes, mais probabilidade o texto tem de ser mais coerente;
- 2) quanto mais alta a proporção das ocorrências centrais em relação às não centrais, mais probabilidade o texto tem de ser mais coerente;
- 3) quanto menor o número de quebras, interrupções ou lacunas no quadro da interação das cadeias, mais coerente é o texto.

Estes três traços são ordenados. O primeiro mostra que é preciso estabelecer um domínio referencial inequivocamente estabelecido e que a coesão é o fundamento sobre o qual se constrói o edifício da coerência. O segundo mostra que, quando os falantes estão empenhados na construção de um texto coerente, eles permane-

³ Embora os autores falem em relações essencialmente gramaticais, parece-nos que se trata antes de relações dadas por papéis semânticos, tais como os propostos pela teoria dos casos, como se pode ver pela lista de exemplos de relações apresentadas aqui.

cem com as mesmas coisas ou coisas similares o bastante para mostrar quão similares são os estados de coisas em que estas coisas estão implicadas.

3 Considerações finais.

Esperamos ter podido mostrar o quanto os mecanismos e recursos lingüísticos de coesão têm uma relação estreita com a coerência e a sua variação enquanto maior ou menor facilidade de estabelecimento do sentido e enquanto percepção do texto como mais ou menos bem formado, de modo a permitir um processamento cognitivo mais ou menos direto e fácil dos elementos do texto, para o estabelecimento de seu sentido. Todos estes elementos são fundamentais para a unidade do texto em diferentes aspectos. Todavia o levantamento que aqui apresentamos, é preciso confessar, é mais um levantamento de questões do que um conjunto de respostas e configura mais uma pesquisa em seu início do que em sua fase final. Muita testagem é necessária com relação a cada tipo de mecanismo e recurso de coesão para conclusões definitivas, mas cremos que não se pode duvidar mais de que, em função de diferentes e maiores ou menores exigências, possibilidades e impossibilidades no processamento cognitivo do texto para estabelecimento de seu sentido, os recursos lingüísticos de coesão têm uma relação direta com a coerência e sua variação.

RÉSUMÉ

Nous soutenons dans cet article qu'on peut parler de variation de cohérence pour signifier que les textes peuvent être considérés comme plus cohérents ou moins cohérents, selon l'accès plus ou moins facile et/ou direct à un sens qu'ils peuvent susciter. À partir de cette affirmation nous discutons, par la présentation de données et d'évidences, groupées en types de faits, comment les mécanismes de cohésion et les ressources qui les réalisent peuvent influencer le "dégré" de cohérence, puisqu'ils influencent la façon dont les recepteurs des textes saisissent la lisibilité de ces mêmes textes, ce qui peut être compris comme variation de cohérence.

Referências bibliográficas

- GARVEY, C; CARAMAZZA, A e YATES, J. Factors influencing assignement of pronouns antecedents. *Cognition*, n. 3, p. 227-244, 1974.
- HALLIDAY, M.A.K. e HASAN, Rugaia. **Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HASAN, Rugaia. Coherence and cohesive harmony. In FLOOD, J. (Org.). **Understanding reading comprehension**. Delaware: International Reading Association, 1984.
- KARTTUNEN, I. Discourse referents. In: McCAWLEY (Ed.). **Syntax and semantics**. New York: Academic Press, 1976. v. 7.
- KOCH, Ingedore Villaça Grunfel. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.
- KOCH, Ingedore Villaça Grunfeld, TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.
- KOCH, Ingedore Villaça Grunfeld, TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.
- KUNO, S. Three perspectives in the functional aproach to syntax. In: GROSSMAN, SAN e VANCE (Ed.). **Papers from the parassession of functionalism**. Chicago: Chicago Linguistics Society, 1975.
- MARATSOS, M. The effects of stress on the understanding of pronominal co-reference in English. *Journal of Psycholinguistics Research*, n. 2, p. 1-8, 1973.
- MEYER-HERMANN, R. Some topics in the study of referentials in portuguese. In SCHIMIDT-RADEFELDT, J. (Ed.). **Readings in Portugese linguistics**. Amsterdã: North-Holland, 1976.
- MIRA MATHEUS, Maria Helena et al. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1983.
- OAKHILL, J. & GARNHAM, A. Lingüistic prescriptions and anaphoric reality. *Text*, v. 12, n. 2, p. 161-182, 1992.
- POSTAL, P. M. Anaphoric islands. *Chicago Linguistics Society*, n. 5, p. 205-239, 1969.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no Português do Brasil**. Campinas: IEL/UNICAMP, 1991. (Tese. Doutorado em Lingüística).
- WEBBER, B. L. Syntax beyond the sentence: anaphora. In: SPIRO, BRUCE & WEBBER (Ed.). **Theoretical issues in reading comprehension**. Hillsdale: LEA, p. 41-164, 1980.
- WEINRICH, Harald. **Language en textos**. Madrid: Gredos, 1981.